



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

COLÉGIO DE DIRIGENTES

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 09/2020

Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e vinte, com início às nove horas e trinta e seis minutos, foi realizada a Nona Reunião Extraordinária do Colégio de Dirigentes (CD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). A reunião foi realizada via webconferência. A sessão foi convocada e coordenada pelo professor Júlio Xandro Heck, Reitor do IFRS; e secretariada pelas servidoras Maria Águeda Santos da Silva e Melina da Silveira Leite.

Estiveram presentes os seguintes membros do Colégio de Dirigentes: Júlio Xandro Heck, Reitor do IFRS; Tatiana Weber, Pró-reitora de Administração; Amilton de Moura Figueiredo, Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional; Lucas Coradini, Pró-reitor de Ensino; Marlova Benedetti, Pró-reitora de Extensão; Eduardo Giroto, Pró-reitor de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação; Fábio Azambuja Marçal, Diretor-geral do *Campus* Alvorada; Rodrigo Otávio Câmara Monteiro, Diretor-geral do *Campus* Bento Gonçalves; Patrícia Nogueira Hübler, Diretora-geral do *Campus* Canoas; Jeferson Luiz Fachinetto, Diretor-geral do *Campus* Caxias do Sul; Eduardo Angonesi Predebon, Diretor-geral do *Campus* Erechim; Leandro Lumbieri, Diretor-geral do *Campus* Farroupilha; Marcelo Lima Calixto, Diretor-geral do *Campus* Feliz; Sandra Rejane Zorzo Peringer, Diretora-geral do *Campus* Ibirubá; Flávia Santos Twardowski Pinto, Diretora-geral *Campus* Osório; Fabrício Sobrosa Affeldt, Diretor-geral do *Campus* Porto Alegre; Rudinei Müller, Diretor-geral do *Campus* Restinga; Alexandre Jesus da Silva Machado, Diretor-geral do *Campus* Rio Grande; Odair José Spenthof, Diretor-geral do *Campus* Sertão; Gilberto Luiz Putti, Diretor-geral do *Campus* Vacaria; Daniel de Carli, Diretor-geral do *Campus* Avançado de Veranópolis; e Alexandre Martins Vidor, Diretor-geral do *Campus* Viamão.

Também estavam presentes os servidores Flavia Garcez, representando o Diretor de Gestão de Pessoas e Fábio Zschornack, representando a Diretora-geral do *Campus* Rolante. A reunião foi convocada com a seguinte **pauta**: **1. Aprovação das atas das reuniões dos dias 04 e 10 de junho. 2. Informes do Conif; 3. Informes do GT "Retorno seguro"; 4. Informes do Grupo de Trabalho (GT) "Recuperação do Calendário Acadêmico"; 5. Informes das Pró-reitorias; e 6. Informes gerais.** O reitor Júlio Xandro Heck agradeceu a presença de todos via *web*, e iniciou a reunião do Colégio de Dirigentes às nove horas e trinta e seis minutos. O reitor iniciou a reunião pela aprovação das atas dos dias 04 e 10 de junho, aprovadas por unanimidade pelo Colégio de Dirigentes. Dando continuidade, apresentou os relatos da reunião **do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)**. Na reunião do Conif realizada na terça-feira, 14 de julho, foi discutido o orçamento para 2021 e apresentada a proposta da matriz Conif para o ano seguinte. Nesta proposta, é apresentada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) o valor necessário para as instituições federais manterem suas

atividades durante o ano vindouro e é calculada, basicamente, considerando o aumento no número de matrículas e a correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano anterior. Para 2021 foram solicitados R\$ 4,9 bilhões, sem incluir a folha de pagamento, e, para 2020 o solicitado foi, aproximadamente, R\$ 4,3 bilhões, sendo repassados pelo governo R\$ 2,4 bilhões. O MEC ainda não informou oficialmente o valor do orçamento para 2021 portanto não se sabe qual o valor será disponibilizado. Caso seja semelhante ao valor de 2020, pode ser aplicada a matriz Conif. Nessa divisão alguns institutos aumentariam seu orçamento e outros teriam reduções, de acordo com o crescimento anual da rede federal. Outra opção seria a manutenção dos valores de 2020 para todas as instituições. O professor Júlio explicou que na próxima terça-feira, 21 de julho, o Conif deverá homologar a matriz e iniciar a negociação política com o Ministério da Educação e posteriormente, o MEC negociará com o Ministério da Economia (ME). Após, a Pró-reitora de Administração, Tatiana Weber, coordenadora do Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Administração (Forplan) do Conif, reforçou que para que a matriz Conif funcione como imaginada, o orçamento deve acompanhar o crescimento do número de matrículas. O último ano que o orçamento da rede aumentou proporcionalmente à quantidade das matrículas foi em 2015, seguindo a matriz elaborada em 2014. A partir da matriz elaborada em 2015 para o ano de 2016, não houve crescimento proporcional, o orçamento cresceu de acordo com o IPCA. Em 2018, a Setec realizou aporte para investimento e o Conif decidiu que parte desse valor cobriria o orçamento dos IFS que perderam orçamento, garantindo a manutenção do valor do ano anterior. No ano de 2019 não houve tempo hábil para a inserção da proposta, sendo estabelecido pelo ME os valores e então, a Setec definiu que replicaria o orçamento para os institutos conforme os valores do ano anterior. Tatiana reforçou que a matriz será aprovada na reunião do dia 21/07 e informou que enviaria por e-mail o cálculo das matrículas totais, composição feita a partir da matrícula e que considera a carga horária, tipo e peso do curso. Júlio ressaltou que desde que os cortes orçamentários iniciaram, os *campi* em implantação têm sido os mais prejudicados e que, provavelmente, se o orçamento para 2021 for o mesmo que 2020, o Conif repetirá a divisão conforme o ano vigente. O pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, Professor Amilton de Moura Figueiredo trouxe questionamento do Conselho de Desenvolvimento Institucional (Codi) referente ao início da elaboração do Plano de Ação e informou que orientou os conselheiros via e-mail para que trabalhassem com base no orçamento 2020. Segundo o professor, na semana seguinte será realizada capacitação para o uso do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP) a fim de viabilizar a inserção das informações sobre o Plano de Ação 2021. Explicou que após esse momento os *campi* podem iniciar a construção do documento. Finalizando a pauta, o reitor Júlio combinou que repassaria aos diretores as decisões do Conif após a reunião do dia 21/07 e comprometeu-se, em nome do Conif, a realizar a disputa política pelo orçamento. Reforçou a importância da matriz e afirmou que a diretoria do Conif está empenhada nessa pauta e levará ao MEC o que se entende como cenário ideal. Após, o professor Amilton de Moura Figueiredo, presidente do **Grupo de Trabalho (GT) "Retorno seguro"** informou que o grupo está concluindo o Plano de Contingência e que em breve repassará a todos. Disse que o documento está bem estruturado, atendendo às recomendações dos órgãos de saúde e, embora não se tenha

perspectiva do retorno presencial, dá tranquilidade à comunidade acadêmica. O documento iniciará a etapa de catalogação nesta data e, posteriormente, deve ser agendado novo momento para repassar o material aos *campi*. Após avaliação do setor de segurança do trabalho, está sendo concluída a primeira análise do levantamento dos pontos de atenção em cada um dos *campi*. O professor afirmou que encaminharia os dados prévios após a conclusão de alguns ajustes e solicitou que possíveis correções fossem apontadas. Também informou que solicitaria aos comitês locais a reavaliação da capacidade produtiva de máscaras de TNTⁱ para possibilitar e organizar a distribuição do material (aviamentos e TNT). O professor Júlio reforçou a relevância do Plano de Retomada, ressaltando que ainda não há previsão de retorno das atividades presenciais, mas que assim que existir a possibilidade de retomada estaremos preparados do ponto de vista pedagógico e operacional através das aquisições resultantes dos encaminhamentos que o documento apresenta. Dando continuidade, o presidente do **Grupo de Trabalho (GT) "Recuperação do Calendário Acadêmico"**, professor Lucas Coradini apresentou as informações relativas ao trabalho realizado pela equipe. Lucas relatou que o Grupo, que tinha como competência pensar o retorno do calendário e a retomada do conteúdo, recebeu na última reunião do Conselho Superior (Consup), dia 23 de junho, uma nova atribuição: regerar atividades pedagógicas não presenciais nesse cenário de suspensão de calendário por tempo indeterminado. O trabalho se dividiu em duas etapas: primeiro momento de discussão nos *campi*, entre os dias 24 de junho e 08 de julho; e a segunda etapa, prevista para acontecer no período entre os dias 09 de julho e 24 de julho, quando o GT receberá todas as propostas dos *campi* para consolidar o regramento. Sobre a rodada nos *campi*, Lucas conclui que há diversas visões sobre o tema, refletindo nas propostas recebidas, bastante diferentes entre si. Após o recebimento das propostas, o GT fará a análise dos materiais recebidos e um comparativo entre elas. Para facilitar o trabalho foi montado um quadro-síntese, dividido por temas, buscando identificar pontos comuns nas propostas. Depois de realizar o comparativo o GT pretende elaborar o regramento que terá uma característica operacional e tratará das questões de planejamento dessas atividades não presenciais: como será estabelecida a definição dos conteúdos, dos componentes; quem serão os atores nos *campi*; como serão ofertadas ao estudante; como o aluno vai aderir às atividades; como isso se traduz num plano de ensino específico para as atividades não presenciais; como serão registradas estas atividades, que ferramentas e metodologias utilizar; como se dará a avaliação da aprendizagem; como será o atendimento aos estudantes PCDs; entre outras situações que podem surgir. Nesta data, 16 de julho, o GT realizará sua segunda reunião e na semana seguinte encaminhará a proposta definitiva ao Consup, apresentando um documento que estruture, de forma concreta e objetiva, a forma que as atividades pedagógicas não presenciais devam ocorrer, em um formato que possibilite o aproveitamento e a integralização de carga horária. Na próxima reunião do Consup, é provável que a Resolução nº 08, de 28 de abril de 2020 seja revista, permitindo o cômputo destas atividades. Em resposta ao questionamento do Diretor-Geral do *Campus* Farroupilha, Leandro Lumbieri, que perguntou sobre a disponibilização das propostas, o professor Lucas respondeu que o GT encaminhará ao Consup as 17 propostas recebidas, juntamente com o quadro-síntese e o produto final do grupo. O professor Júlio complementou que o GT deve entregar o documento

pronto, no formato de um regulamento, no dia 24 de julho, e então, o Conselho Superior encaminha às suas comissões (de Ensino e de Normas) que apresentarão seus pareceres, emitidos de forma paralela e independente, num prazo de 3 (três) dias. Quando os pareceres foram recebidos, o presidente do Conselho Superior convoca reunião extraordinária, com 3 (três) dias úteis de antecedência e envia, no momento da convocação, todos os documentos que serão apreciados. Se os trâmites ocorrerem conforme previsto, a reunião extraordinária do Consup pode ser realizada na primeira semana de agosto, nos dias 5 ou 6 e antes desta reunião ocorrerá reunião do Colégio de Dirigentes para tratar do tema. A diretora-geral do *Campus* Osório, professora Flávia Santos Twardowski Pinto, trouxe ao CD o questionamento do curso de Licenciatura em Letras do seu *campus*. O curso pergunta como, com a vigência da Resolução nº 08/20 e estando o calendário suspenso, é possível manter o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)? A diretora também solicita orientações quanto ao posicionamento do *campus* frente a questionamentos da comunidade em relação ao retorno presencial, manutenção de atividades remotas ou à possibilidade de cancelamento do ano letivo. O pró-reitor de Ensino explicou que a Resolução nº 08 veda o cômputo de qualquer atividade realizada nesse período de suspensão de calendário e que a proposta do GT é ofertar atividades que se assemelham a um componente curricular, com a diferença de ser optativo, não gerar reprovação do estudante e nem prejudicar quem não consegue acompanhar. Porém, é uma oferta de componente durante um período de suspensão de calendário, portanto, a revisão da Resolução nº 08 permite, somente, que as atividades realizadas durante a suspensão de calendário possam ser aproveitadas de alguma forma. Lucas ressaltou que tudo que está sendo tratado sobre atividades pedagógicas não presenciais é para um contexto de suspensão de calendário. PIBID e Residência Pedagógica exigem retorno de calendário presencial e, inclusive, muitos desses estudantes fazem residência pedagógica e PIBID nos nossos *campi*, muitos deles polos para realização de estágio docente. O PIBID tem várias janelas de ofertas de bolsa, e orienta-se que, podendo optar entre todas as janelas disponíveis autorizadas pela CAPES, escolha-se a última, em novembro, opção mais distante possível. O Diretor-geral do *Campus* Porto Alegre, Fabricio Sobrosa Affeldt, relatou que recebeu a informação de um colega onde foram citadas as opções das datas fornecidas pela CAPES e que, segundo o relato do colega, seria possível optar por atividades remotas desde que a instituição estivesse com o calendário ativo e permitisse o acesso dos discentes às atividades, orientação e acompanhamento. O professor Lucas afirmou que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) abriu uma excepcionalidade para a realização do PIBID de forma remota, porém não há consenso do grupo do PIBID. Lucas entende que o grupo tem como entendimento majoritário a possibilidade da realização da residência pedagógica e iniciação à docência somente após o retorno presencial. O Diretor-Geral do *Campus* Feliz, Marcelo Calixto, apresentou questionamento em relação à realização dos estágios pelos alunos do curso técnico em química integrado ao ensino médio, que podem realizar o estágio tanto no quarto ano quanto no terceiro. Devido à essa especificidade, os alunos não seriam contemplados pela Resolução nº 18/20. Lucas disse que os estágios curriculares não obrigatórios já haviam sido autorizados e que na consulta ao Consup foram autorizados também os estágios curriculares obrigatórios, que funcionam como uma

disciplina do curso, podendo ser realizados durante esse período, de forma remota, conforme acordo com a empresa. Também é previsto que a orientação ao estudante seja realizada de forma remota. O professor Gilberto Putti, Diretor-Geral do *Campus* Vacaria trouxe algumas inquietações ao CD relativas à suspensão por tempo indeterminado do calendário acadêmico. Relatou que alunos e professores estão ansiosos para saber até quando perdurará a suspensão e que, como estamos em julho, seria difícil recuperar o ano de forma remota, pois não é possível alcançar todos os alunos e nem cumprir todos os componentes curriculares. Também levantou a questão relativa ao planejamento do processo seletivo, geralmente iniciado nesta época do ano. Gilberto apresentou sugestão da área de ensino do *campus* para que, no momento da matrícula no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) sejam coletadas mais informações sobre os alunos como por exemplo, se o discente possui acesso à internet. O reitor afirmou que o fato de o ano estar prejudicado se deve a pandemia e que no momento ninguém tem muita clareza sobre o que fazer, que as questões são debatidas e decididas semana a semana e que não se pode prever quando acabará esta situação, que está sendo feito o que é possível dentro do momento atual e que todas as decisões tomadas até agora foram realizadas de forma democrática. Lucas complementou dizendo que além de serem decisões coletivas, muitas estão acima da gestão do IFRS, sendo decididas pelo Conselho Superior. O pró-reitor enfatizou que é preciso avaliar como está sendo o trabalho de escolas estaduais, municipais e privadas e que a comunidade procura o IFRS por aquilo que nos diferencia: educação profissional, indissociabilidade, qualidade de ensino. Em resposta aos questionamentos do Diretor-geral do *Campus* Vacaria, Lucas ressaltou que é muito difícil planejar algo sem previsibilidade, o que não se tem durante o período de pandemia, tornando difícil pensar o ano de 2021. Sobre os cursos semestrais, Lucas entende que com o regramento das atividades não presenciais seja possível realizar um semestre inteiro ainda em 2020. Quanto aos cursos integrados, se for permitido realizar as atividades que permitam o cômputo da carga horária em agosto ou setembro e, caso seja possível, retornarmos as atividades presenciais em outubro, existe a possibilidade de concluir o ano letivo avançando um pouco no ano civil porém, no momento, não é possível realizar essa previsão. Em relação ao processo seletivo, o pró-reitor afirma que é inviável iniciarmos o planejamento e lançar edital pois não se sabe quando haverá condições de colocar tantas pessoas em uma sala para a realização da prova mas, assim que se tenha uma perspectiva para a realização será lançado o edital. A realização do processo seletivo depende da aprovação das atividades não presenciais computadas, o que possibilita prever quando ocorrerá o término do ano letivo pelos cursos anuais. Lucas enfatizou que sem dúvida haverá processo seletivo em 2021 e lembrou que a Medida Provisória nº 934 dispensa o cumprimento dos 200 dias do ano letivo sendo preciso cumprir a carga horária dos cursos, o que pode ser feito de várias formas. O Diretor-geral do *Campus* Sertão, Professor Odair José Spenthof afirma que existem culpados pelo ano estar prejudicado: a intransigência ideológica de muitos que não permite flexibilidade para diálogo. Odair ressaltou que se não for resolvida a questão do calendário acadêmico em agosto, conforme previsto, o ano letivo está perdido. Afirmou que o que se constrói é uma falsa oposição entre os que defendem a vida e os que são a favor das atividades remotas e entre quem pode fazer e quem não pode fazer. Falou também que

há grupos querendo impor uma “ditadura da maioria” onde todos devem concordar com a opinião do grupo majoritário. Reforçou que é importante estabelecermos datas e que, como alguém que defende algum tipo de retomada, não se sente no direito de obrigar outro *campus* a aceitar sua posição, porém, não aceitará que outro *campus*/curso que não pode ou não tem condições de voltar impeça que um curso de sua unidade, com condições para realizar as atividades, retome. Concluiu que o CD deve se manter como um grupo coeso e que se não for resolvido (o planejamento das atividades remotas) no mês de agosto deve ser informado à comunidade acadêmica que o ano letivo está perdido e que não haverá processo seletivo. Júlio defende que os diretores devem dialogar com os conselheiros que representam seus *campi* no Consup para que levem suas posições ao Conselho, buscando decidir da melhor forma possível sobre essa demanda. O Diretor-geral do *Campus* Caxias do Sul, Jefferson Fachinetto reforçou que estamos em uma situação diferente devido à pandemia e que nossa tradição talvez tenha que ser revista em alguns pontos pois já se fala em um “novo normal”. Afirmou que, como gestão, é preciso entender que a situação mudou e considerar que o ensino presencial talvez não aconteça esse ano e que se ocorrer pode ser semelhante ao Estado de São Paulo, com 30% presencial, enfatizando que o calendário vai ser arrastar se seguirmos essas definições. Jefferson relatou que nas últimas semanas tem assinado de cinco a seis históricos de transferência de alunos do Ensino Médio para outras instituições, que as famílias se posicionaram pois, eventualmente, pode demorar para o IFRS tomar uma posição referente à suspensão das atividades. O diretor defende que as questões devam ser tratadas por *campus*, obedecendo um regimento mínimo central, pois cada unidade do IFRS é extremamente diferente, com realidades e regiões diversas. O professor Júlio alegou que, de certa forma, a proposta do GT é dar certa autonomia aos colegiados para definir estratégias, respeitando as particularidades de cada *campus*. O que não será admitido é que se tenham calendários diferentes pois se tornaria inadiministrável, impedindo a organização de eventos, formaturas. O Diretor-geral do *Campus* Farroupilha, Leandro Lumbieri afirmou que como a maioria das instituições está fazendo algo em relação às atividades não presenciais, podemos concluir que essa demanda não é impossível de realizar e que, se estamos descolados desse movimento temos uma parcela de culpa no processo. Leandro diz que sempre que é questionado tem que defender o ponto de vista da instituição, mesmo não concordando, pois faz partes dessas decisões. O professor defende que o que está sendo decidido agora é para um momento e não uma regra para o IFRS, que o instituto jamais deve adotar atividades remotas em sua essência, mas que estas devem ser aceitas no quadro atual. O diretor lembrou que existe possibilidade de redução do orçamento e questionou qual será a reação da sociedade frente à essa situação: fará pressão política ou dirá que a instituição não funciona? Argumentou que nossa função é ter aluno dentro da sala de aula, manter os discentes realizando atividades e que se isso não ocorre de nada adianta dizer à comunidade que estamos fazendo máscaras e promovendo *lives* pois não somos uma indústria, somos uma escola. No momento nossos alunos não estão podendo escolher se querem ou não ter aula, estes têm o direito de receber sua aula EaD e optar se deseja ou não realizar. Concluiu sua fala reforçando a necessidade de definir prazos, conforme já exposto por outros diretores, e chamou atenção para o fato de estarmos em uma situação atípica. O reitor Júlio

233 chamou a atenção para o fato de que instituições públicas como o IFFarⁱⁱ, IFSulⁱⁱⁱ, UFCSPA^{iv}, UFRGS^v
234 e UFSM^{vi} ainda não estão realizando atividades remotas e que a maioria das instituições que estão
235 realizando são de iniciativa privada. Informou que a UFPEL iniciou, há duas semanas, um modelo
236 muito parecido com o que está sendo proposto pelo GT e enfatizou que nossa imagem não está
237 prejudicada pois o IFRS faz muito mais que uma excelente sala de aula. O professor Leandro
238 argumentou que o professor Júlio apresentou uma visão macro sobre o assunto e que o *campus*
239 está inserido em um universo micro, na comunidade local, onde se tem o mesmo público atendido
240 por instituições diferentes e que o aluno se compara ao vizinho que está tendo atividades remotas.
241 Júlio reforçou que entende a posição do diretor e que apresentou os dados como uma correção e
242 possível argumento já que o IFRS não é a única instituição que ainda não está realizando
243 atividades. Que dos quarenta e um membros do Conif trinta e dois estão com atividades suspensas
244 e, no RS, todas as instituições citadas anteriormente encontram-se na mesma situação. Fábio
245 Azambuja Marçal, Diretor-geral do *Campus* Alvorada, reforçou que estamos em um momento
246 atípico que exige que planejamentos e formas sejam pensados pontualmente. O Diretor afirmou
247 que sua responsabilidade, apesar de ser acentuada, não é absoluta no *Campus* Alvorada, que é
248 necessário ouvir os estudantes, a comunidade, os colegas de gestão. Fábio exaltou a iniciativa de
249 pensar estratégias junto ao IFFar e IFSul e questionou se as opções ofertadas por outras
250 instituições têm sido eficientes. Afirmou que hoje a prioridade do *Campus* Alvorada é retomar o
251 contato com seus discentes, entende que nenhuma atividade vai ter perenidade se não retomar o
252 vínculo afetivo com os alunos e não acredita que aula seja simplesmente mandar uma atividade
253 para o e-mail do estudante. Segundo Fábio, a Educação deve ser tratada como direito e deve ser
254 permitido que as pessoas tenham condições para o acesso à educação, à tecnologia. O diretor
255 parabenizou o trabalho do GT e afirmou que, quando se fala em unidade se traz a ideia de
256 fortalecimento de cada *campi*, hoje discute-se sobre a pandemia, amanhã podem ser discutidas
257 individualmente questões relativas a orçamento, eleições. O pró-reitor de Ensino, Lucas Coradini
258 ressaltou a importância do debate sobre autonomia e unidade diante de cenários tão diversos e
259 reforçou que o documento que o GT está elaborando busca essa flexibilização, permitindo que
260 cada *campus* possa fazer sua avaliação sobre a possibilidade de oferta das atividades remotas.
261 Referente à evasão, Lucas diz que, infelizmente, em um período de pandemia há perdas e que
262 devemos trabalhar para que esta seja a menor possível. O professor afirma que se voltássemos
263 com o calendário normal teríamos entre 30 e 40% dos estudantes retidos, que é preciso avaliar o
264 que pesa mais, se a porcentagem de estudantes evadidos ou de alunos retidos. Quando somos
265 questionados, é importante mostrar para a sociedade o que nos diferencia, não podendo comparar
266 os institutos federais, que oferta educação profissional, com escolas estaduais e municipais. Lucas
267 afirma que o papel do gestor não é se agarrar a uma bandeira e sim evitar a polarização, promover
268 discussões públicas, avaliar os prós e contras e tentar encontrar uma solução que seja satisfatória
269 para todos. Em resposta à sugestão do professor Gilberto Putti, Lucas entende que o SIGAA pode
270 ser customizado mas, enquanto existirem diferentes sistemas em uso nos *campi*, pretende-se
271 utilizar o Observatório de Permanência e Êxito, da Pró-Reitoria de Ensino, para aplicação de
272 questionários anuais de larga escala, permitindo visualizar, analisar e comparar as informações dos

estudantes. O reitor comentou sobre a reunião com o IFFar e o IFSul informando que os dois institutos estão com os seus calendários acadêmicos suspensos, o IFFar pretende retomar em agosto e o IFSul ainda não se posicionou definitivamente, mas ambos pretendem realizar atividades remotas em breve. Após, Tatiana Weber trouxe ao CD os **informes da Pró-Reitoria de Administração**. Em relação à aquisição de pacote de dados para alunos em vulnerabilidade social, encaminhada pelo MEC via Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Tatiana reforçou que o prazo para envio das propostas é até 17/07. Este processo difere das demais licitações pois envolve apenas as cinco operadoras de telefonia móvel do Brasil, e é desejável que todas participem para oferecer o pacote conforme o celular do estudante. Neste processo, as concessionárias informam o valor que cobrariam pelos pacotes de dados para cada quantitativo de dez mil estudantes e devem construir, em conjunto com a RNP, uma plataforma para gestão de créditos de uso de celular. A Diretoria de Assuntos Estudantis está trabalhando em uma proposta para elaborar edital emergencial visando o recebimento de auxílio pelos estudantes, caso não seja possível utilizar a aquisição da RNP ou se ocorrerem atrasos. Tatiana reforçou que os valores para esta demanda não serão da assistência estudantil e sim do orçamento, específico de pesquisa, ensino e extensão, realocado em função do cancelamento dos eventos presenciais previstos para 2020. Ao compartilhar com os presentes os quantitativos envolvidos, informou que a contratação da RNP está sendo feita para todos os estudantes que cada instituição informou, posicionados em diferentes faixas de vulnerabilidade. A maioria de nossos estudantes, aptos para receber o auxílio, estão na faixa mais alta (renda entre 1 e 1,5 salário mínimo). Para o atendimento dessa faixa de renda, planeja-se que o MEC arque com uma parte do valor e o IFRS complemente o restante e, havendo qualquer problema ou atraso utiliza-se a bolsa do auxílio emergencial. Dando andamento às discussões, a pró-reitora propôs que a totalidade do orçamento disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fosse destinada para a aquisição de cestas básicas, pois há previsão legal de utilização do recurso para este fim. Durante este ano, provavelmente, não será oferecida merenda escolar e caso seja fornecida, segundo a professora, pode ser usado o orçamento dos *campi* ou da Reitoria. Utilizando a totalidade do recurso teremos condições de fazer novas chamadas públicas, inclusive, acrescentando o *Campus* Bento que não participou do edital anterior. Foi acordado que cada *campi* avaliaria com sua equipe e na próxima reunião o Colegiado decidiria se concorda com a proposta. A pró-reitora também chamou a atenção dos diretores em relação ao orçamento de 2020 que deve ser reavaliado devido a atipicidade do ano vigente. Em resposta ao questionamento do professor Odair, Tatiana informou que as cestas podem sofrer alterações e que a Diretoria de Assuntos Estudantis fará um novo levantamento, mas não será replicado o quantitativo da outra chamada. O professor Júlio acordou com os presentes que convocará reunião, após a reunião do Consup, para tratar da execução orçamentária. O reitor reforçou a importância da utilização dos valores, procedimento necessário para permitir o acesso ao restante. Tatiana sugeriu que a reunião fosse realizada na terceira semana de agosto pois já haverá informações referentes ao orçamento 2021 e complementou a informação do reitor, explicando que ficou condicionado que 40% do orçamento só pode ser acessado após utilizarmos os primeiros 60% porém, ainda não alcançamos este percentual. O

313 professor Fabrício solicitou orientação quanto aos editais para bolsas que perduram até 2021.
314 Questiona se deve ser usado orçamento de 2021 ou inscrever as demandas em restos a pagar
315 (RAP). Tatiana informou que este ano tivemos, no IFRS, aproximadamente R\$ 100.000,00
316 empenhados, inscritos em restos a pagar de bolsas, portanto não é uma prática que nunca foi
317 adotada pela instituição. A pró-reitora de Administração afirma que esta é uma decisão do
318 ordenador de despesas de cada *campus*. Argumenta que não há previsão legal, porém, durante
319 este ano teremos dificuldade para executar o orçamento devido à pandemia justificando, caso
320 necessário, a inscrição em RAP. Tatiana e os demais pró-reitores entendem que as bolsas dos
321 projetos que não podem ser realizados de forma remota devem ser realocadas para outras
322 despesas e recomendou que os *campi* tentem reposicionar suas despesas da mesma forma,
323 buscando manter a atividade-fim. Júlio recomendou que deve ser priorizada a atividade-fim, mas
324 que, caso necessário, o valor pode ser destinado a outra despesa do *campus* ou repassado à
325 Reitoria. Respondendo a questionamento do diretor do *Campus* Sertão, a pró-reitora explicou que
326 os diretores de administração e planejamento dos *campi* estão sendo orientados em relação à
327 troca de despesa de custeio por investimento. A alteração orçamentária pode ser feita por portaria
328 ou por lei, sendo realizada por portaria quando abarca situações já previstas na legislação. Por
329 exemplo, nos 60% do orçamento aprovado há, na ação 20RL, despesas de custeio e de capital.
330 Nesse caso a alteração acontece por portaria. No volume IV da Lei Orçamentária Anual (LOA) não
331 constam despesas de investimento já que na Regra de Ouro estão previstas apenas despesas de
332 custeio. Assim, no orçamento condicionado não é possível realizar a troca através de portaria, já
333 que não existe investimento nesta parcela. Logo, a troca de custeio por investimento deve ser
334 alterada por lei e, apesar da alteração estar sendo solicitada pelo MEC, pode demorar um pouco
335 mais. Os pró-reitores Eduardo Giroto e Marlova Benedetti recomendaram que as dúvidas em
336 relação aos assuntos tratados nesta reunião sejam divulgadas pelos diretores-gerais, evitando
337 questionamentos a diferentes pessoas e canais e garantindo a unidade da informação repassada. O
338 professor Eduardo, tratando dos **informes da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação**,
339 pediu aos diretores que atentem para os prazos dos editais de chamada publica da Setec,
340 informando a realização de webconferência para esclarecimentos. Às doze horas e trinta e oito
341 minutos, o reitor Júlio Xandro Heck agradeceu a presença de todos via webconferência, e declarou
342 encerrada a sessão. Nada mais a ser tratado, eu, Maria Águeda Santos da Silva, lavrei a presente
343 ata, revisada e atualizada pelas servidoras Cíntia Tavares Pires da Silva e Melina da Silveira Leite,
344 que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes. Bento Gonçalves, dezesseis de
345 julho de dois mil e vinte.

Maria Águeda Santos da Silva _____

Melina da Silveira Leite _____

Júlio Xandro Heck _____

Alexandre Jesus da Silva Machado _____

Alexandre Martins Vidor _____

Amilton de Moura Figueiredo _____
Daniel de Carli _____
Eduardo Angonesi Predebon _____
Eduardo Girotto _____
Fábio Azambuja Marçal _____
Fabrício Sobrosa Affeldt _____
Fábio Zschornack _____
Flávia Garcez _____
Flávia Santos Twardowski Pinto _____
Gilberto Luiz Putti _____
Jeferson Luiz Fachinetto _____
Leandro Lumbieri _____
Letícia Martins de Martins _____
Lucas Coradini _____
Marcelo Lima Calixto _____
Marlova Benedetti _____
Odair José Spenthof _____
Patrícia Nogueira Hübler _____
Rodrigo Otávio Câmara Monteiro _____
Rudinei Müller _____
Sandra Rejane Zorzo Peringer _____
Tatiana Weber _____

ⁱ Tecido não tecido

ⁱⁱ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha

ⁱⁱⁱ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense

^{iv} Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

^v Universidade Federal do Rio Grande do Sul

^{vi} Universidade Federal de Santa Maria